

Agricultura familiar: o apelo para enfrentar a crise*

Elvin Maria Fauth**

Economista da FEE

1 Introdução

Diante de um conturbado contexto mundial impactado pelo avanço da financeirização e pela mais recente e polêmica crise de alimentos, o Brasil deverá enfrentar mais seriamente questões históricas, como infra-estrutura e armazenagem precárias, fatores conjunturais causadores do aumento nos preços de alimentos, de insumos agrícolas e do petróleo, bem como a utilização de vultosos subsídios agrícolas por parte de países europeus e dos Estados Unidos.

Com relação ao setor agrícola, mais propriamente no que diz respeito à oferta de alimentos, o País tem, de imediato, grandes desafios, tanto por conta do apelo de crescentes demandas externas como pelo incremento do mercado interno. A inclusão de pessoas no mercado de trabalho e o aumento dos salários no País provocaram uma maior demanda por alimentos, o que exige cuidados especiais por parte das políticas públicas de estímulo à produção não só para os alimentos, mas também para os biocombustíveis, já que a busca também é por soluções energéticas alternativas.¹

Apesar da multiplicidade de enfoques sobre a crise mundial de alimentos, há consenso em torno de uma questão: a alta dos preços dos alimentos veio para ficar. Avaliações como as de Bacelar, Pochmann e Altieri concordam com essa versão sobre a crise, salientando que a alta verificada no preço dos alimentos é decorrente de uma mudança estrutural de preços e que sua origem está no aumento dos custos de produção com insumos agrí-

colas,² na especulação dos capitais com *commodities*³ e na crescente demanda por grãos, cereais e proteínas de origem animal por parte de grandes países emergentes, como China e Índia; dados atuais dos estoques mundiais de grãos mostram redução significativa relativamente aos volumes formados no início desta década (Tabela1).

Tabela 1

Evolução dos estoques mundiais dos principais grãos nas safras 1999/2000 e 2008/2009			
(milhões de t)			
SAFRAS	ARROZ	MILHO	TRIGO
1999/2000	143,1	193,7	209,5
2008/2009	82,6	99,0	124,0

FONTE: United States Department of Agriculture.

A organização não-governamental Grain, com sede na Espanha, que foi citada em audiência pública da Comissão de Agricultura, Pecuária e Cooperativismo da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, endossando essa posição, acrescenta ainda que a crise é decorrente da adoção do modelo agrícola da “Revolução Verde”, da liberalização do comércio e das políticas de ajus-

* Artigo recebido em 16 de out. 2008.

** E-mail: Elvin@fee.tche.br

¹ A propósito, Marco Aurélio Pinheiro Lima, técnico do Centro de Tecnologia do Bioetanol (CTBE), elucida um dado relevante na questão dos biocombustíveis: a área dedicada a essa produção no mundo soma 14 milhões de hectares, quer dizer, cerca de 1% da área agrícola global. Esse dado vem ajudar a esclarecer dúvidas colocações de que os biocombustíveis vêm tomando lugar de terras originalmente utilizadas para a produção de alimentos. Afora o caso dos Estados Unidos, que, de fato, têm destinado grande parte da produção de milho para combustíveis, nenhum outro foi tão impactante no mercado mundial.

² Conforme a organização não-governamental Grain, no ano passado, o aumento dos lucros das cinco principais empresas de fertilizantes ficou entre 43% e 141% (Mosaic, nos EUA, 141%; Sinochem, na China, 95%; Potash Corp, no Canadá, 72%; Yara, na Noruega, 44%; ICL, em Israel, 43%).

³ Estudos recentes apontam, por exemplo, que os fundos de investimentos controlam entre 50% e 60% do trigo comercializado nos maiores mercados mundiais de *commodities*. Em 2007, apenas seis grandes corporações (Cargill do Canadá, ADM dos EUA, ConAgra dos EUA, Bunge dos EUA, Noble Group de Cingapura e Marubeni do Japão) dominaram a comercialização de alimentos. Em 14 de abril de 2008, a Cargill anunciou que os lucros obtidos no comércio de *commodities*, no primeiro trimestre de 2008, aumentaram 86%, se comparados aos do mesmo período de 2007. A Bunge, outra grande comerciante de alimentos, no último trimestre de 2007, teve um lucro 77% superior ao do mesmo período do ano anterior.

te fiscal impostas aos países em desenvolvimento pelo FMI e pelo Banco Mundial. Assim, o esquema protecionista de subsídios e tarifas de importação praticadas nos países desenvolvidos tem atuado para reduzir a rentabilidade e a produção nos países maiores produtores de alimentos.

Antes de se proceder a uma avaliação propriamente do plano da agricultura familiar para a safra 2008/2009, é importante a colocação de alguns dados preliminares do **Censo Agropecuário 2006**, lançados recentemente, que podem elucidar a evolução e a importância desse segmento produtivo no Rio Grande do Sul. Comparando-se os dados divulgados pelo IBGE até o presente momento com os do **Censo** de 1996, observa-se que o tamanho da área total utilizada no Estado caiu de uma média de 50,7 hectares para 44,5 hectares, de onde se pode supor uma possível desconcentração de terras no meio rural, nestes últimos 10 anos, uma vez que houve um aumento do número de estabelecimentos. Por outro lado, notam-se aumentos nas áreas de lavoura (28,5%) e de matas e florestas (6,6%) e diminuições em áreas de pastagens (-23,3%) e também no número de efetivos do rebanho bovino (-15,7%). De outro modo, o número de efetivos e os derivados da produção animal, cujas atividades são predominantemente desenvolvidas pela agricultura familiar, apresentaram crescimentos surpre-

endentes na década: suínos (48%), aves (56,1%), ovos (72,3%) e leite (45,7%). Quanto ao pessoal ocupado, os dados revelam, mais uma vez, a importância da agricultura familiar, por contribuir com 87,9% (1,072 milhão) de um contingente de 1,219 milhão de trabalhadores no meio rural (Tabela 2).

Apesar de o Brasil ter obtido acréscimos de produção agrícola significativos no decorrer da última década, não está totalmente imune às crises de alimentos. No entanto, se for afetado, será com menor intensidade, graças ao conjunto de políticas públicas que fortalecem a vocação e o potencial da agricultura familiar e ao reconhecimento dela como um dos pilares da segurança alimentar no País. Segundo Arnoldo Campos (Domingos, 2008), Secretário de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário, esse segmento responde por 44% da batata; 49% do milho; 49% do tomate; 52% do abacaxi; 55% da melancia; 56% do leite; 60% dos suínos; 62% da banana; 67% do feijão; 70% do frango; 75% da cebola e 89% da mandioca ofertados no mercado.

Algumas informações da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) apontam, de igual forma, que o impacto do aumento da demanda por grãos no Brasil foi menor, devido ao favorável crescimento da produção agrícola nacional (Tabela 3).

Tabela 2

Comparativo entre os resultados do **Censo Agropecuário 1995-1996** e os primeiros resultados do **Censo Agropecuário 2006** no Rio Grande do Sul

VARIÁVEIS	1995-1996	2006	△ %
Estabelecimentos	429 958	442 564	2,93
Área total (ha)	21 800 887	19 707 572	-9,60
Área de lavouras	5 635 362	7 238 843	28,45
Área de pastagens	11 680 328	8 955 229	-23,33
Área de matas e florestas	2 511 631	2 676 805	6,58
Pessoal ocupado	1 377 022	1 219 510	-9,19
Com laços de parentesco com o produtor	1 180 221	1 071 709	-9,19
Efetivos			
Número de cabeças de bovinos	13 221 297	11 148 126	-15,68
Número de cabeças de suínos	3 933 845	5 827 195	48,13
Número de cabeças de aves	100 074 847	156 200 752	56,08
Derivados			
Produção de leite de vaca (1 000l)	1 885 640	2 746 710	45,66
Produção de ovos de galinha (1 000dz)	225 628	388 765	72,30

FONTE: IBGE. **Censo Agropecuário**. Rio de Janeiro, 2006.

Tabela 3

Produção e consumo totais de grãos no Brasil, no período de 2000 a 2008

(milhões de t)			
PRODUTOS	PRODUÇÃO	CONSUMO	DIFERENÇA
Arroz	93,4	101,0	-7,6
Milho	352,2	308,8	43,4
Soja	408,4	243,5	164,9
Trigo	30,6	81,9	-51,3
TOTAL	884,6	735,2	149,4

FONTE: Companhia Nacional de Abastecimento.

2 O Plano-Safra Mais Alimentos

Diante do atual cenário na economia mundial e da abertura de novas oportunidades para o País, o Governo Federal acenou com uma nova estratégia para o desenvolvimento das unidades de produção de agricultores familiares. Para aumentar a produção e a produtividade dos alimentos com vistas ao enfrentamento da alta de preços e manter a segurança alimentar no País, foram agilizados alguns instrumentos, como a ampliação dos recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), a consolidação do Programa de Seguro Agrícola e a implantação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa de Garantia de Preços Para a Agricultura Familiar. Também a Conab foi recuperada como instituição voltada para a formação de estoques públicos e para a regulação do abastecimento. Todos esses instrumentos passaram a fazer parte do Plano-Safra Mais Alimentos, como foi denominado o pacote agrícola para as unidades familiares de produção na safra 2008/2009.

De início, uma alteração fundamental foi proposta pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) ao Conselho Monetário Nacional (CMN) com relação ao Manual de Crédito Rural do Banco Central do Brasil, no Capítulo 10, que trata dos empréstimos rurais. A Resolução nº 3.559 (Brasil, 2008), que contém essas alterações, norteará definitivamente os procedimentos para a concessão de créditos do Pronaf. Dentre as principais modificações, salientam-se:

- a extinção dos Grupos C, D e E (classificação de produtores segundo a renda bruta anual familiar) para fins de acesso aos mecanismos de financiamento do programa;
- a manutenção do Grupo A — assentados ou beneficiários do Programa Nacional de Crédito

Fundiário com renda bruta anual familiar máxima de R\$14.000,00 que ainda não tenham sido beneficiados com quaisquer créditos para investimento —, do Grupo A/C — assentados ou beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário que ainda não tenham obtido crédito de custeio — e do Grupo B — beneficiários que tenham renda bruta anual familiar de até R\$ 4.000,00 (microcrédito);

- a classificação de todos os beneficiários dos grupos extintos como agricultores familiares. Para acesso ao crédito, a renda bruta familiar anual deve situar-se entre R\$ 4.000,00 e R\$ 110.000,00, e, no mínimo, 70% dessa renda devem ser provenientes da atividade agrícola ou não agrícola do estabelecimento, com limite de até dois empregados permanentes na unidade de produção;
- passaram a ser considerados também beneficiários os pescadores artesanais, os extrativistas que se dedicam à exploração extrativa ecologicamente sustentável, os silvicultores que cultivam florestas nativas ou exóticas e que promovem o manejo sustentável, os aquicultores, maricultores e piscicultores que se dedicam ao cultivo de organismos que tenham na água seu mais freqüente meio de vida, as comunidades quilombolas, os povos indígenas e os agricultores familiares que se dedicam à criação ou ao manejo de animais silvestres para fins comerciais, conforme legislação vigente;
- as taxas de juros para os créditos de custeio destinados exclusivamente aos agricultores familiares serão correlacionadas aos montantes emprestados, variando entre 1,5% e 5,5% ao ano. Já as taxas de juros para os créditos de investimento destinados aos mesmos beneficiários devem variar entre 1% e 5% ao ano. Os créditos terão um prazo de reembolso de até dois anos para o

custeio e de até oito anos para investimento, incluídos até três anos de carência, que poderá ser ampliada para até cinco anos, caso o projeto técnico comprove sua necessidade;

- os financiamentos para o Grupo B (microcrédito) estão limitados a R\$ 1.500,00, com juros de 0,5% ao ano e prazo de reembolso de até dois anos. Nesse caso, está previsto um desconto de 25% sobre cada parcela da dívida paga na data de seu vencimento;
- os financiamentos para o Grupo A são créditos de investimentos limitados a R\$ 16.500,00 por família, com juros de 0,5% ao ano e prazo de reembolso de até 10 anos, incluídos três anos de carência. O bônus de adimplência é de 40% sobre o valor de cada parcela paga em seu vencimento;
- os financiamentos para o Grupo A/C (assentados que já tiveram crédito de investimento) são créditos de custeio limitados a R\$ 3.500,00, com juros de 1,5% ao ano e prazo de reembolso de dois anos. Nesse caso, o bônus de adimplência é fixo em R\$ 200,00 para parcelas pagas em seu vencimento. Esse grupo poderá obter até três créditos de custeio antes de migrar para a categoria geral de agricultor familiar.

Duas novidades, não menos importantes, foram inseridas no Programa e estabelecem que as instituições financeiras devem dar preferência às propostas que objetivam o financiamento da produção agroecológica e que um terço do volume de crédito do programa seja preferencialmente destinado a beneficiários do sexo feminino.

Para esse ano agrícola, o Plano-Safra Mais Alimentos pretende estimular a atividade de cerca de quatro milhões de unidades familiares rurais responsáveis por 70% da produção de alimentos para o mercado interno. As linhas de crédito do Pronaf disponibilizarão R\$ 13 bilhões para custeio, investimento e comercialização, representando um incremento de 8,3% relativamente à safra passada. Foram ampliados também os limites de financiamento e reduzidas as taxas de juros: para o crédito de custeio, os limites passaram de R\$ 3,5 mil para R\$ 5 mil; e, para o de investimento, de R\$ 18 mil para até R\$ 21,5 mil. As taxas de juros para operações de custeio, que, na safra anterior, variavam entre 3% e 5,5%, foram reduzidas para entre 1,5% e 5,5%, e para operações de investimento, as taxas de juros, que, na safra anterior, variavam entre 2% e 5,5%, foram reduzidas para entre 1% e 5%.

A novidade maior do Plano, no entanto, é uma linha inédita de crédito, o Pronaf Mais Alimentos, que objetiva oferecer recursos para investimentos estruturais ou de longo prazo nos estabelecimentos familiares rurais. Financiando a aquisição de máquinas e de novos equipamentos agrícolas, a correção e a recuperação de solos, a melhoria genética, a irrigação, a implantação de pomares e estufas e a ampliação da capacidade de armazenagem, essa linha de crédito cria as condições necessárias para o aumento acelerado da produção e da produtividade de importantes produtos alimentares e oportuniza o restabelecimento dos estoques nacionais. O limite de crédito dessa nova linha é de R\$ 100.000,00 por família, que podem ser pagos em até 10 anos, com até três anos de carência e juro de 2% ao ano.

No Rio Grande do Sul, os agricultores familiares contarão com R\$ 2,6 bilhões em recursos do Plano-Safra Mais Alimentos. Desse total, R\$ 1,94 bilhão estarão dirigidos para os financiamentos de custeio, e R\$ 669 milhões, para os de investimento. A meta é alcançar 420.000 contratos de crédito no Pronaf, enquanto, em 2007, esse número era de 328.000 contratos, como mostra a Tabela 4.

Por ocasião do lançamento do novo Plano, o MDA fechou acordo com a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), para assegurar a redução de até 15% nos preços de tratores da linha de pequeno porte voltados para a agricultura familiar (de 15cv a 75cv). Os descontos estendem-se a outras linhas de equipamentos, como, por exemplo, resfriadores de leite e instrumentos utilizados na secagem e na fabricação de farinhas de mandioca.

Semelhante acordo foi também assinado com a Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), garantindo o mesmo desconto para máquinas e implementos agrícolas. A meta que o Governo Federal almeja com o Plano-Safra Mais Alimentos é a de que a agricultura familiar conte com 60.000 novos tratores e 300.000 implementos e máquinas até 2010, um número bastante pretensioso para ser obtido com duas únicas safras agrícolas, a de 2008/2009 e a de 2009/2010.

No Rio Grande do Sul, o Secretário da Agricultura, Pecuária, Pesca e Agronegócio assinou um termo de cooperação, semelhante ao acordo nacional, com a Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS) e com o Sindicato das Indústrias de Máquinas e Equipamentos Agrícolas do Estado (Simers). Ambos propiciarão descontos na aquisição de tratores e outros equipamentos agrícolas pelos produtores familiares. A

expectativa é a de que as indústrias vendam 10.000 tratores e 32.000 implementos agrícolas no decorrer da vigência do Plano-Safra Mais Alimentos. Isso significa um aumento de, pelo menos, 60% na produção do setor, no Estado.

Com todo o reforço dirigido às atividades da agricultura familiar, a equipe do SAF/MDA e o Governo Federal entendem que pode haver uma simplificação nos financiamentos agrícolas, tornando o acesso ao Pronaf mais ágil e adequado às necessidades dos produtores. Para contornar as freqüentes oscilações nos preços dos alimentos, objetivam alcançar, até 2010, um aumento da produção desse segmento de 18 milhões de toneladas/ano no País.

Apesar de previsões de produção bastante otimistas, a transposição da atual conjuntura de crise financeira para a agricultura poderá repercutir negativamente sobre alguns produtores familiares, principalmente os chamados “integrados” ou aqueles que se encontram atrelados a empresas rurais. Na realidade, é o agronegócio especializado na produção de *commodities* (soja, milho, carnes, dentre outros) que mais deverá sentir os efeitos das oscilações de preços no mercado internacional e das crises bancária e creditícia.

Evidencia-se, de outro lado, o grande estímulo dado aos agricultores de menores rendas — os dos Grupos A, A/C e B —, que poderão impulsionar suas atividades agrícolas de forma mais estruturada, uma vez que haverá financiamentos para investimento do Pronaf Mais Alimentos praticados com juros abaixo dos de mercado. Os recursos do Programa também estão sendo direcionados para as atividades agroecológicas, evidenciando o início de um possível caminho para uma agricultura com me-

nor utilização de insumos derivados do petróleo. Para esses pequenos produtores, a força motriz para enfrentar a crise está na diversificação de cultivos e na organização local e coletiva da produção e da comercialização. O esforço de sindicatos rurais e associações de produtores através do Movimento Nacional de Pequenos Agricultores deve ser reconhecido, pois busca esclarecer e recuperar a lógica da produção não capitalista no meio rural.

De qualquer modo, é preciso ressaltar-se o amadurecimento de idéias para a discussão de um novo modelo de desenvolvimento baseado em energias renováveis e mais voltado para a questão social. Torna-se evidente que, para enfrentar qualquer crise de alimentos, é preciso uma inversão completa do sistema de produção agrícola vigente. A produção de alimentos no mundo é totalmente dependente do uso intensivo de insumos modernos e da especialização da produção, principalmente do binômio milho-soja; é uma lógica de produção que estimula a monocultura, em detrimento da biodiversidade, e desestrutura o potencial local para produção de culturas alimentares. São fundamentais a construção de um paradigma alternativo de desenvolvimento, que tenha como base a segurança alimentar e o fortalecimento da agricultura familiar como promotores locais desse desenvolvimento, e o crescimento compatível e equilibrado entre as produções de alimentos e de biocombustíveis. O desafio imediato é transformar a agricultura dependente e iniciar uma transição dos sistemas alimentares para modelos que não utilizem petróleo. Tudo parece indicar que o Brasil tem todas as potencialidades para caminhar nessa direção.

Tabela 4

Evolução do número de contratos e valores do Pronaf para o Rio Grande do Sul — 2001-07

ANOS	MONTANTE (R\$)	NÚMERO DE CONTRATOS
2001	589 015 249	285 695
2002	732 028 460	277 500
2003	860 906 863	265 437
2004	1 254 680 871	323 422
2005	1 259 525 501	323 314
2006	1 487 283 178	320 959
2007	1 889 161 483	328 157

FONTE: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/saf/>>. Acesso em: ago. 2008.

Referências

ALTA de alimentos desafia tendências globais. **IEA Funcex**: sistema de informação, 18 abr. 2008.

ALTIERI, Miguel A. Sistema alimentar na era pós-petroleira. **Carta Maior**, São Paulo. Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br>>. Acesso em: 22 abr. 2008. (Entrevista).

BACELAR, Tânia. Idéias para a construção de um novo rural brasileiro. **Carta Maior**, São Paulo. Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br>>. Acesso em: 8 jul. 2008. (Entrevista).

BRASIL. Conselho Monetário Nacional. **Resolução nº 3.559, de 2008**. Brasília: Banco Central do Brasil, 2008.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Política Agrícola. **Plano Agrícola e Pecuário 2008/09**. Brasília, DF, 2008.

DOMINGOS, João. Crise esvazia debate ideológico sobre modelo ideal do agronegócio. **IEA Funcex**: sistema de informação, 27 abr. 2008.

IBGE. **Censo Agropecuário**. Rio de Janeiro, 2006.

IBGE. **Contas Nacionais Trimestrais**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 09 out. 2008.

INFORME ASCOM. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 25 jul. 2008.

LIMA, Marco Aurélio P. Pesquisa da Embrapa alerta para o risco de conflito por área agrícola para energia e alimentos entre 2010 e 2030. **Jornal do Comércio**, Porto Alegre, 5 ago. 2008.

LOPES, Ignez Vidigal. A oferta é o foco na crise de alimentos. **IEA Funcex**: sistema de informação, 9 jun. 2008.

MALUF, Renato. Agricultura familiar fortalece política de segurança alimentar, **Carta Maior**, São Paulo. Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br>>. Acesso em: 10 nov. 2007. (Entrevista).

MATTEI, Lauro. Mudanças nas regras de financiamento do Pronaf. **Carta Maior**, São Paulo. Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br>>. Acesso em: 30 maio 2008. (Debate aberto).

PARMENTIER, Bruno. Século XXI será de penúria alimentar. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 27 abr. 2008. (Entrevista).

POCHMANN, Márcio. Especial: Trabalho e Renda I e IV. **Carta Maior**, São Paulo. Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br>>. Acesso em: 3 jul. 2008. (Entrevista).

PORTAL SECRETARIA AGRICULTURA FAMILIAR. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/saf>>.

RIO GRANDE DO SUL. Assembléia Legislativa. Comissão da Agricultura, Pecuária e Cooperativismo. **Audiência pública**. Porto Alegre, 13 de maio 2008.

SACHS, Jeffrey. Plano para agricultores pobres. **IEA Funcex**: sistema de informação, 27 maio 2008.